

**UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA**

**BRUNO DE OLIVEIRA JACOMETE**

**O PAPEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA  
BRASILEIRA**

**FRANCA  
2018**

**BRUNO DE OLIVEIRA JACOMETE**

**O PAPEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA  
BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
*Centro Universitário Municipal de Franca*  
para obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas

Orientadora: Profa. Ms. Thalisa Maria Jati  
Gilberto

**FRANCA  
2018**

**BRUNO DE OLIVEIRA JACOMETE**

**O PAPEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA  
BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
*Centro Universitário Municipal de Franca*  
para obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas

Franca, 19 de outubro de 2018

Orientador: \_\_\_\_\_

Nome: Profa. Ms. Thalisa Maria Jati Gilberto

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): \_\_\_\_\_

Nome: Profa. Ms. Fernandina Fernandes de Medeiros

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, José Luiz e Aparecida Eunice, minha sobrinha Isabella, amigos, professores e familiares pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

- primeiramente a Deus; que iluminou meu caminho durante esta caminhada e me concedeu a graça da realização de mais um sonho, a conclusão do curso de ciências econômicas;
- a minha orientadora, Profa. Ms. Thalisa Maria Jati Gilberto, por acreditar e apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto;e
- aos meus familiares de forma especial meus pais José Luiz de Oliveira Jacomete e Aparecida Eunice Granzote Jacomete meu irmão Vinicius de Oliveira Jacomete minha cunhada Marcilene de Mattos e minha sobrinha Isabella Jacomete.
- aos meus amigos que estiveram presente durante essa jornada Amanda, Carol e Juninho que de forma direta e indireta contribuíram para a consecução deste objetivo.

*Pequenas oportunidades são muitas  
vezes o começo de grandes  
empreendimentos.*

*Demóstenes*

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é ressaltar o papel das Micro e Pequenas Empresas na economia brasileira, assim como sua importância no cenário econômico nos últimos 20 anos, analisando sua participação no PIB (Produto Interno bruto) e sua geração de empregos, também será exposto o conceito de micro e pequenas empresas, bem como sua origem histórica de uma forma geral. Após elucidar o papel e importância das micro e pequenas empresas, o trabalho irá mostrar os desafios e dificuldades enfrentados por elas, visando abordar os aspectos trabalhistas, legislações tributárias e encargos que propiciam estes desafios. Por fim, será realizada uma análise para verificar sua evolução procurando mostrar sua importância para economia brasileira, visando fomentar seu desenvolvimento e fortalecendo esses empreendimentos. A metodologia usada neste trabalho foi baseada em uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado constituído em livros, artigos, revistas e material disponibilizado na internet. O que impulsionou a realização deste trabalho foi entender o papel das MPEs no cenário econômico, e sua contribuição tanto para o PIB quanto na geração de empregos.

**Palavras-chave:**Micro empresas.PIB. Economia.

## **ABSTRACT**

The aim of this paper is to emphasize the role of Micro and small enterprises in the Brazilian economy, as well as your importance in the economic's scenario in the last 20 years, analyzing your participation in the GDP (gross domestic product) and your jobs, will also be exposed to the concept of micro and small businesses, as well as your historical origin in General. After elucidating the role and importance of micro and small businesses, the work will show the challenges and difficulties faced by them, in order to address the labor aspects, tax laws and charges that provide these challenges. Finally, an analysis will be performed to verify your evolution looking for show your importance to Brazilian economy, aiming to enhance your development and strengthening these businesses. The methodology used in this work was based on a bibliographical research, crafted from already published material consisting in books, articles, magazines and material made available on the internet. What spurred the realization of this study was to understand the role of Meps in the economic scenario, and your contribution for both the GDP and jobs.

**Keywords:** Micro and small enterprises .GDP. Economy

## RESUMÉN

El objetivo de este trabajo ES resaltar El papel de lãs micro y pequeñas empresas de economía brasileira, así como su importancia em El campo económico em los últimos 20 años analizando su participación en El PIB y su generación de empleos, tambien se expondrá el concepto de miro e pequeñas empresas así como su origen histórico de una forma general. Después evidenciar el papel y la importancia de las micro y pequeñas empresas, el trabajo irá mostrando los desafíos y dificultades enfrentados por ellas, logrando abordar los aspectos laborales, legislaciones tributarias y encargos que producen estos desafíos. Al final será realizado um análisis para verificar su evoluvión intentando mostrar su impotancia para la economía brasileña logrando fomentar su desarrollo y fortaleciendo esos emprendimientos. La metodología usada em este trabajo fue basada em una búsqueda bibliográfica elaborada a partir de material ya publicado em libros, artículos revistas y material disponible em internet. Lo que motivó a la realización de este trabajo fue entender el papel de as MPEsem el escenario económico, su contribución tanto para el PIB como para la generación de empleos.

**Palabras clave:** Micro empresas.PIB. Economía.

## LISTA DE FIGURAS / GRÁFICOS

<b>Figura 1</b> - Tempo de Planejamento para abrir uma empresa.....	21
<b>Figura 2</b> - Carga Tributária em 2014.....	33
<b>Gráfico 1</b> - Solicitação de crédito.....	30
<b>Gráfico 2</b> - Arrecadação de Impostos no Brasil.....	33
<b>Gráfico 3</b> - Dias trabalhados para pagar impostos.....	34
<b>Gráfico 4</b> - Evolução dos estabelecimentos por porte Brasil 2005-2015 (em milhões).....	36
<b>Gráfico 5</b> - Evolução do número de empregos das MPEs e MGEs no Brasil 2005-2015 (em milhões).....	36
<b>Gráfico 6</b> - Oportunidade como principal motivação para empreender.....	38

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Enquadramento de funcionários segundo o porte.....	17
<b>Quadro 2</b> - Algumas linhas de créditos disponíveis para as MPEs.....	24
<b>Quadro 3</b> - Taxa total de empreendedorismo entre os BRICS.....	38
<b>Quadro 4</b> - Principais recomendações dos especialistas para melhoria das condições para empreender no Brasil.....	40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. O PAPEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA</b> .....	16
1.1 SURGIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	16
1.2.O CONCEITO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE..... <b>Erro! Indicador não definido.</b>	7
<b>2. DESAFIOS E MANUTENÇÃO DE UMA MICRO E PEQUENA EMPRESA NO BRASIL</b> .....	20
2.1 PLANEJAMENTO .....	20
2.2 LEGISLAÇÃO.....	22
2.3 ALGUMAS LINHAS DE CRÉDITO PARA AS MPEs .....	24
2.4 REGIME TRIBUTÁRIO DAS MPEs.....	31
<b>3. A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA</b> .....	35
3.1 O IMPACTO POSITIVO DAS MPEs NA ECONOMIA BRASILEIRA .....	35
3.1.1 O impacto da abertura de novas MPEs na geração de trabalho no período de 2005 - 2015 .....	35
3.2 PRINCIPAIS RAZÕES PARA SE TORNAR UM EMPREENDEDOR NO BRASIL.....	37
3.3 ALTERNATIVAS BENÉFICAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS MPEs.	39
<b>CONCLUSÃO</b> .....	42
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	44

## INTRODUÇÃO

A ideia de ser um empreendedor geralmente é comum em muitos cidadãos, mas nem sempre é uma tarefa fácil e para isso é necessário planejar. A falta de planejamento é uma das grandes causas do insucesso ou fracasso do negócio.

Muitos empreendedores ao iniciarem seus negócios não buscam informações e não possuem experiência nem conhecimento no ramo, conseqüentemente enfrentam dificuldades e contribuem para aumentar a taxa de mortalidade das empresas. A sobrevivência desses empreendimentos é uma das condições importantes para o desenvolvimento econômico do País, tendo em vista que os estudos no Brasil e no mundo mostram que os dois primeiros anos de atividade de uma nova empresa são os mais difíceis.

Foi após a abertura econômica na década de 90 que o empreendedorismo no Brasil ganhou força, criou-se um cenário favorável, obtendo uma participação mais ativa de entidades que fomentam o desenvolvimento e a criação de novos empreendimentos deste segmento.

De acordo com SEBRAE existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPE). As MPEs respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões). De acordo com o Portal do Empreendedor, no Brasil existem 3,7 milhões de MEI (dezembro/2013).

O SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, trabalha pelo desenvolvimento sustentável das empresas de pequeno porte, promovendo cursos de capacitação, facilitando o acesso a serviços financeiros e estimulando a cooperação entre as empresas.

No Brasil, o número de micro e pequenas empresas vêm aumentando cada dia mais, e mostra que as empresas desempenham um papel importante no cenário econômico brasileiro, e respondem por boa parte da geração de empregos e contribuem para um grande percentual do PIB.

Estes dados mostram a importância de incentivar e qualificar os empreendimentos de menor porte, face a sua grande contribuição na economia

brasileira, não obstante, deve-se propiciar medidas para que de maneira sistematizada haja seu desenvolvimento de modo a estruturar satisfatoriamente o importante papel desses empreendimentos em nossa economia brasileira.

O presente trabalho é caracterizado por uma pesquisa bibliográfica descritiva, onde, conforme BARROS e LEHFELD (2000), na pesquisa descritiva o objeto da pesquisa é descrito e não sofre interferência do pesquisador, sendo utilizado como base de pesquisa artigos e livros sobre o tema proposto.

O método tradicional dedutivo será de grande importância, permitindo a análise da evolução de empregos oferecidos pelas MPEs, salários e lucros.

Deste modo, tem como sujeito as MPEs no âmbito da economia brasileira, visando analisar sua participação no cenário econômico, utilizando o comparativo promovendo um exame simultâneo dos índices e demais informações referente a este seguimento empreendedor.

Por fim, a análise dos dados com o intuito de demonstrar o papel das MPEs no âmbito da economia brasileira, será quantitativa, apresentando índices que possam contribuir para melhor apreciação deste elemento.

O que impulsionou a realização deste trabalho foi entender o papel das micro e pequenas empresas na economia brasileira, apresentando conceito e definições.

Haja vista que o número de empresas de pequeno porte no Brasil vem crescendo muito nos últimos anos, gerando assim novas oportunidades de trabalhos, uma pesquisa feita pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que as MPEs, junto com os trabalhadores independentes, somam 75% dos empregos na América Latina e Caribe. As médias e grandes empresas não chegam a ocupar 20% dos empregos na região. Outro aspecto relevante é que segundo pesquisa do SEBRAE, 27% do PIB brasileiro vem dos pequenos negócios, salientando que tal empreendedorismo está aliado ao crescimento econômico, o que propicia resultados relevantes para o crescimento da economia brasileira.

No primeiro capítulo, são apresentados a introdução, o papel das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira bem como seu conceito tanto sob a ótica da quantidade de funcionários quanto pelo faturamento. No segundo serão abordados os desafios da manutenção de uma micro e pequena empresa no país e as dificuldades com a vasta legislação tributária e suas obrigações acessórias. E na terceira e última parte, será apresentado a evolução das micro e pequenas empresas

bem como a sua importância levando em consideração a geração de empregos e sua participação no Produto Interno Bruto.

O trabalho tem como objetivo demonstrar o papel das Micro e Pequenas Empresas na economia brasileira, e sua importância no cenário econômico analisando sua contribuição no PIB e sua geração de empregos. O que impulsionou a realização deste trabalho foi entender o papel destes empreendimentos no cenário econômico brasileiro, assim como os obstáculos enfrentados pelos mesmos, buscando alternativas que possam contribuir para o fomento destes empreendimentos.

# 1 O PAPEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

## 1.1 SURGIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As origens das Micro e Pequenas Empresas estão intimamente ligadas ao período que emergiu a burguesia. Tal classe social surgiu nos últimos séculos da idade média com o renascimento comercial e urbano dedicando-se ao comércio de mercadorias e prestações de serviços.

Há registros que as micro e pequenas empresas surgiram há mais de 500 anos atrás, sabendo-se que na Europa Feudal, iniciando-se no seio da burguesia mediante os primeiros artesãos, emergiram os primeiros prestadores de serviço e com isso, carregadores, transportadores de pessoas, concerto de equipamentos e demais serviços dando início a esses empreendimentos que mais tarde tornar-se-iam um dos principais pilares da economia brasileira. (CARVALHO, online, 2018).

No Brasil, Prado Jr relata que a pequena empresa brasileira iniciou-se no setor agrícola. Suas origens étnicas prováveis seriam os índios brasileiros que se dedicavam à agricultura de subsistência que teriam se convertido em pequenos fornecedores de alimentos para os centros urbanos.

De acordo com Prado Jr:

A atividade produtiva na época colonial em pequenas propriedades privadas e o crescimento das atividades voltadas à agricultura de subsistência gerou ao longo dos anos uma série de pequenas empresas. (PRADO Jr, 1945, p.18).

O autor ressalta que houve a necessidade do abastecimento interno do país, pois na época em questão produzia-se em larga escala o cultivo de cana de açúcar sendo alvo de exportação. Em razão da necessidade do abastecimento interno surgiram, então, os pequenos empresários agrícolas, sendo que os primeiros empresários eram formados por indígenas, que cultivavam no intuito de barganhar com outros objetos de suas necessidades. Posteriormente, com a miscigenação dando origem ao caboclo constituindo-se como classe média, que detinham grande

quantidade de escravos, este embrião de pequenas empresas dava-se no período colonial e abasteciam as vilas do litoral brasileiro.

De modo mais definido, ainda de acordo com Prado Jr, a Micro e Pequena Empresa originou-se no estado de São Paulo nas cidades de Santos e São Vicente nos quais os empreendedores atuavam nos ramos de manufatura, transportes, serviços, agricultura e comércio. Com a Proclamação da República, que propiciou o avanço da produção brasileira, em específico nas áreas da cafeicultura e da borracha, diversificando os produtos que compunham a economia brasileira, fomentaram o crescimento econômico e a geração de divisas para o país.

## 1.2 O CONCEITO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Segundo Neto e Teixeira (2011), apesar do importante papel representado pelas microempresas e empresas de pequeno porte, estas não possuem critério único universalmente aceito para definí-las. Vários indicativos podem ser utilizados para a classificação das microempresas e empresa de pequeno porte na economia do Brasil, que é definido de duas maneiras por diferentes órgãos: o primeiro é pelo valor da receita bruta anual, e o segundo é pelo número de pessoas ocupadas.

Quanto a quantidade de números de profissionais que compõe estes empreendimentos, o SEBRAE apresenta a pequena empresa da seguinte forma:

**Quadro 1-** Enquadramento de funcionários segundo o porte

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE EMPREGADOS	
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS
Micro	até 19	até 09
Pequenas	de 20 a 99	de 10 a 49
Médias	de 100 a 499	de 50 a 99
Grandes	acima de 500	acima de 100

Fonte: SEBRAE (2006)

No quadro em epígrafe, demonstrou-se a conceituação segundo critérios de quantidade de funcionários, entretanto, existem o segundo critério correspondente

ao faturamento anual bruto, como pode-se observar o conceito legal referente a microempresas ou empresas de pequeno porte sob o prisma da lei 123/2006, que ficou conhecida como Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, de acordo com o dispositivo que segue:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); [...]. (LEI COMPLEMENTAR Nº123, 2006).

e, de acordo com a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte :

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi criada em 2006 para regulamentar a atividade de pequenas e médias empresas. O grande papel desta lei é fomentar a atividade empreendedora no país facilitando a vida jurídica desses empreendedores. (PORTAL Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, online, 2018)

De acordo com Tavares (2007), a lei geral é considerada a primeira política pública de âmbito nacional voltada para os pequenos negócios no Brasil, atuando nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal. O processo de criação da mesma envolveu um trabalho em conjunto do governo, parlamentares da base governista e oposição e a mobilização dos empresários, instituições representativas e de apoio ao segmento.

Pode-se observar que se busca legalmente conceituar as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o seu faturamento, especificamente pela receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e da importante lei que desenvolve a atividade empreendedora no país.

Outro órgão que visa demonstrar as características destes empreendimentos, trata-se do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cujo o qual relaciona os principais aspectos das micro e pequenas empresas:

Baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade; demografia elevada; forte presença de proprietários, sócios e membros da

família como mão-de-obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão-de-obra; utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte. (IBGE, 2003, p. 18).

Consolidando ambos entendimentos, de acordo com o SEBRAE (2017), o porte de uma empresa pode ser definido com base no faturamento anual, número de funcionários e atividades desempenhadas, que ao longo do tempo podem ser alterados com a expansão do negócio. A decisão entre microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), micro empreendedor individual (MEI) ou ainda empresa optante do lucro real ou presumido é importante pois, a partir da formalização em contrato social, o empreendimento passa a pagar tributos e emitir nota fiscal. O enquadramento errado do porte do negócio, pode render multas e a perda de benefícios ou gerar custos desnecessários.

Embora, busca-se de várias formas conceituar as microempresas e empresas de pequeno porte, a conceituação trata-se de fator primordial para fins fiscais entre outros, a citar como exemplo o Simples Nacional, conforme informações da Receita Federal que conceitua:

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos Estados e do Distrito Federal e dois dos Municípios.

Para o ingresso no Simples Nacional é necessário o cumprimento das seguintes condições: enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte; cumprir os requisitos previstos na legislação; e formalizar a opção pelo Simples Nacional.

A definição para recolher seus tributos pelo Simples Nacional, trata-se da definição dada pelo faturamento bruto anual, como já conceituado na Lei 123/2006.

Embora há outros critérios que conceituam as microempresas e empresas de pequeno porte, julga-se importante a aplicação da conceituação legal, em virtude que é conferido para cada tipo de empreendimento, mediante este conceito, tratativas diferentes de acordo com seu faturamento.

## **2 DESAFIOS DA MANUTENÇÃO DE UMA MICRO E PEQUENA EMPRESA NO BRASIL**

Neste Capítulo serão expostos alguns desafios que as Micro e Pequenas Empresas estão sujeitas a se deparar e que acaba sendo prejudicial para a sua sobrevivência, como a falta de planejamento, legislação excessiva, dificuldade de acesso ao crédito e a alta carga tributária do país, também será dado algumas sugestões de melhorias para que esses empreendimentos possam enfrentar estes desafios e se manter no mercado de forma sustentável.

### **2.1 PLANEJAMENTO**

Apesar da importância significativa das MPEs, as mesmas apresentam algumas dificuldades e desafios para a sua sobrevivência.

São vários os fatores que impedem os empreendimentos de prosperarem, em geral falta de planejamento, excesso de legislações que regem às Micro e Pequenas Empresas, as dificuldades de acesso ao crédito favorável e a alta carga tributária, são aspectos que contribuem para o insucesso destes empreendimentos.

Quanto ao planejamento, ressalta-se que a maioria deste tipo de empreendimento é composto por familiares, normalmente sem conhecimento técnico da área de atuação, não pautando-se para a melhoria e a modernização de sua empresa:

Um fator importante que é característico destes tipos de empresa é que a estratégia geralmente é formulada pelo seu dirigente principal, que é também o proprietário. Por isso, na maioria dos casos, estas são empresas familiares, onde trabalha membros de uma mesma família e que na maioria das vezes não tem acesso a técnicas modernas de administração e planejamento financeiro. O capital dessa empresa é constituído por um indivíduo ou por um pequeno grupo, e sua área de operações é geralmente local (GOMES, 2004).

Por vezes, como visto, a maioria dos empreendimentos são administrados normalmente por pessoas que gerenciam com sua experiência profissional e pessoal, não buscando técnicas e aperfeiçoamentos de gestão de empresa, o que implica no controle adequado de despesas e receitas do negócio.

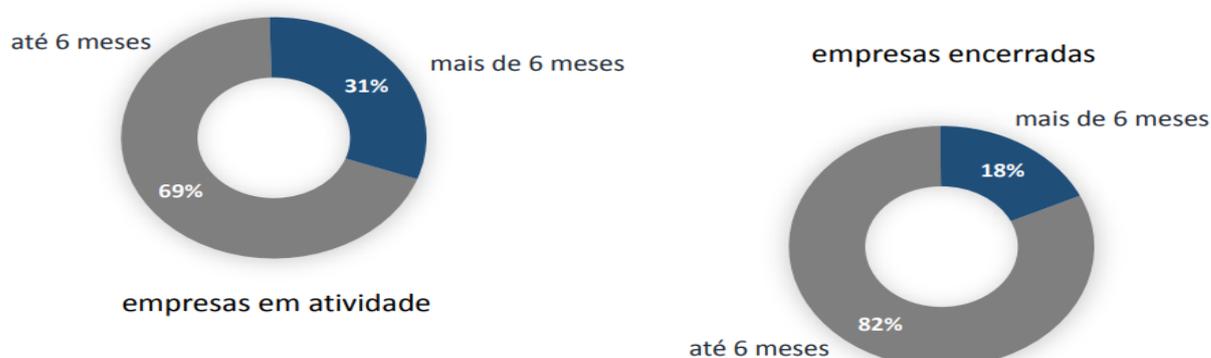
O micro ou pequeno empreendedor, muitas vezes, desconhece todos os desafios que irá enfrentar e, ao deparar-se com eles, teme que possa prejudicar o seu negócio, mas com planejamento, organização, utilização de softwares e profissionais qualificados, ele poderá enfrentar da melhor forma todos os desafios e manter o seu negócio competitivo e forte.

O planejamento prévio é um dos mais importantes fatores que devem ser observados pelo empreendedor, pesquisa que versa sobre “causa mortis: O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida”, realizada pelo SEBRAE (2013), mostra que ao abrirem uma empresa:

46% dos empreendedores não sabiam o número de clientes que teriam e os hábitos de consumo desses clientes;  
 39% não sabiam qual era o capital de giro necessário para abrir o negócio;  
 38% não sabiam o número de concorrentes que teriam;  
 61% não procuraram ajuda de pessoas ou instituições para abertura do negócio;  
 55% não planejaram como a empresa funcionaria em sua ausência (p. ex.: férias);  
 55% não elaboraram um plano de negócios. (SEBRAE, 2013).

Ainda na pesquisa, demonstra que este planejamento interferiu no tempo de sobrevivência dos empreendimentos, de acordo com a figura 1:

**Figura 1:** Tempo de Planejamento para abrir uma empresa:



Fonte: SEBRAE (2013)

Ao observar o percentual apenas das empresas que encerraram suas atividades, nota-se que 82% iniciaram o planejamento prévio até 6 meses antes do início de suas atividades, e 18% iniciaram o planejamento mais de 6 meses, em contrapartida fazendo a análise das empresas ainda em atividade, o percentual é de 69% para as empresas que iniciou o planejamento prévio até 6 meses depois da abertura e 31% para as empresas que teve o planejamento mais de 6 meses.

Ainda de acordo com a mesma pesquisa (Sebrae 2013) “um maior tempo de planejamento permite que se conheça melhor o mercado antes de abrir a empresa, o que tende a aumentar as chances de sucesso”.

Contudo, demonstra-se percentualmente, a importância de todo planejamento empresarial, quer seja em sua abertura quanto em seu desenvolvimento, sendo este fator primordial para elevar o nível de chances de sucesso de qualquer empreendimento.

## 2.2 LEGISLAÇÃO

Outro fator que dificulta a vida do empreendedor é a legislação excessiva, que por vezes acaba sendo um entrave para o empreendedor como pode-se ver de acordo com ZANGARI JÚNIOR(2018)<sup>1</sup>. Por sua vez, as microempresas e empresas de pequeno porte também “enfrentam um abismo entre realidade que se encontram e as obrigações trabalhistas impostas pela legislação imperativa que deve ser cumprida”.

Não obstante, a observância pelo empreendedor das legislações que regem as relações de trabalho, consumo dentre outras, o micro empreendedor enfrenta grandes dificuldades até mesmo na abertura de seu negócio. Isto é bem demonstrado conforme Reportagem da Revista Exame: “Quanto tempo demora para abrir uma empresa no Brasil?”, onde Eduardo Camillo Pachikoski (2016), especialista em consultoria empresarial conclui que de acordo com dados obtidos pelo Banco

---

<sup>1</sup>ZANGARI JÚNIOR, Jurandir. **A influência da legislação trabalhista na gestão das pequenas empresas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/31824361.pdf>>. Acesso em: 23 Jul. 2018.

Mundial, no ano de 2014, o prazo para se abrir um negócio no Brasil é de 107 dias, em contrapartida a média dos países desenvolvidos para a abertura de empresa perfazem em torno de 5 (cinco) dias.

Consequentemente, é notória a morosidade de abertura dos empreendimentos face a burocracia, exigências e legislações excesso o que reflete na de forma negativa na economia.

As Microempresas e empresas de pequeno porte enfrentam um obstáculo também no momento da concessão de crédito, de acordo com Carvalho e Abramovay (2004):

O sistema financeiro brasileiro não atende as necessidades das pequenas e das microempresas e menos ainda as necessidades dos trabalhadores por conta própria, os milhões de famílias e indivíduos empenhados em negócios e iniciativas os mais variados, com os quais geram a renda única e indispensável à sua sobrevivência ou complementam os poucos recursos que recebem em outras atividades formais ou informais. (CARVALHO e ABRAMOVAY, 2004, p.17).

Ressalta-se que alguns empreendedores na busca de investimento para o seu empreendimento, deparam-se com dificuldades na concessão de crédito favorável para atender a sua necessidade, conforme informações em epígrafe.

Conforme informações de Leonardo Pinto destaca que altas taxas de juros desestimulam a busca por crédito para a ampliação do negócio:

A rejeição pelo crédito, segundo os micro e pequenos empresários, tem dois grandes motivos apontados: optar por manter o negócio com recursos próprios (56%) e as altas taxas de juros (33%) das modalidades. As MPEs costumam ter um perfil no qual há certa dificuldade de gerar caixa. Os empréstimos podem ser uma opção viável aos donos de pequenos negócios para continuar investindo. Segundo a pesquisa, quando a intenção de adquirir crédito diminui, a expansão da empresa pode ficar comprometida. (PINTO, online, 2018).

Contudo, por vezes, a acessibilidade a um crédito favorável pode intensificar e contribuir para o desenvolvimento das MPEs. Nesta linha, a mesma pesquisa apresenta dados pertinentes a outras razões que fomentam a procura do crédito citado, tais como:

Entre os que manifestam a intenção de contratar crédito, as principais finalidades são formar capital de giro (48%), ampliação do negócio (18%) e pagamento de dívidas (17%). A modalidade de crédito mais procurada pelos micro e pequenos empresários é o empréstimo, mencionado por 31% dos

entrevistados. Em seguida aparecem os financiamentos (29%) e o cartão de crédito empresarial (15%). (PINTO, online, 2018).

### 2.3 ALGUMAS LINHAS DE CRÉDITOS PARA AS MPES

A seguir algumas opções de crédito apresentados pelo SEBRAE (2014) conforme Cartilha cujo o tema “Orientações Linhas de Crédito às Micro e Pequenas Empresas e o Microempreendedor Individual”:

**Quadro 2.** Algumas linhas de créditos disponíveis para as MPES

BANCO	MODALIDADE	O QUE FINANCIAMOS?	VALOR	PORTE DA EMPRESA	PRAZO	TAXAS	GARANTIA / CONDIÇÕES
<b>BANCO DO BRASIL</b>	BB Microcrédito Empreendedor	Giro na forma de crédito fixo Investimento na forma de crédito fixo.	Mínimo de R\$ 100,00 e até R\$ 15.000,00 Prazo de Pagamento: Prazo PF - Giro: de 4 a 9 meses Investimento : de 4 a 12 meses.	Empreendedor informal, Microempreendedor Individual – MEI ou Microempresa com renda ou faturamento bruto anual de até R\$ 120 mil.	Prazo PF - Giro: de 4 a 9 meses Investimento: de 4 a 12 meses. Prazo PJ - Giro: de 4 a 12 meses Investimento: de 4 a 18 meses	Taxa de juros - 0,40% ao mês, e a 5% ao ano TAC - Tarifa de Abertura de Crédito - 1% sobre o valor da operação IOF - alíquota 0%.	Apresentar garantia pessoal de terceiros (em alguns casos ela pode ser dispensada)
<b>O Ministério do Trabalho e Emprego através do Fundo de Amparo ao Trabalhador também opera uma modalidade de Proger.</b>		investimento ou Investimento com capital de giro associado	: limite de até R\$ 600 mil e 100% do valor do projeto; Capital Giro associado de até 30% do valor financiado.	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	: Prazo de até 96 meses. Período de carência: de até 36 meses.	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou outro índice que venha legalmente substituí-la com adicionais de até 5,00% efetivos ao ano.	

PROGER	Urbano - Investimento – Inovação	Investimento em projetos de inovação tecnológica. Os itens financiáveis são aqueles indispensáveis ao investimento em bens e serviços cujo viés seja inovação, tais como: aquisição e transferência de tecnologia; avaliação e pedido de registro; desenvolvimento de embalagens; design de produto e ergometria; extensão tecnológica; extensão tecnológica; prototipagem; estudo para resposta técnica de alta complexidade; aquisição de máquinas/equipamentos, móveis e utensílios para empresa que foi selecionada em processo de incubadora tecnológica ou parque ecológico.	: limite de até R\$ 600 mil e 100% do valor do projeto; Capital Giro associado de até 30% do valor financiado.	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no limite de faturamento de até R\$ 7,5 milhões.	: Prazo de até 96 meses. Período de carência: de até 36 meses	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou outro índice que venha legalmente substituí-la com adicionais de até 5,00% efetivos ao ano.	
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Cartão BNDES	εδ αρπιμοχ Αασεραπμε ααραπ ο@  υδορπ εδ σνεβ σορτυο ε σολυχ'επ ,σοτνεμαπιυθε ,σανιυθ(μα μοχ ,ΣΕΔΝΒ ο@τραΧ οδ λατροπ ον σοδαιχνεδερχ σεροδεχενροφ εδ ετνεματεριδ.τενρ ετνΙ αλεπ μ βματ ραρπιμοχ εδ εδαδιδομοχ	Crédito pré-aprovado, de até R\$ 1 milhão, para aquisição de produtos credenciados no Portal de Operações do Cartão BNDES. O limite do cartão é negociado entre o banco emissor e o cliente na análise de crédito para concessão do cartão. O financiamento pode ser de até 100% do valor do bem.	Micro, Pequenas e Médias Empresas de controle nacional.	Amortização de 3 a 48 prestações mensais, fixas e iguais. Alguns bancos emissores podem oferecer outros prazos.	Taxa de juros pré-fixada, divulgada no Portal do Cartão BNDES que é emitido nas bandeiras Visa, MasterCard e Elo. está disponível e atualizada no Portal de Operações do Cartão BNDES.	Negociadas entre o banco emissor e o cliente, na análise de crédito para concessão do cartão.

CAIXA	MICROCRÉDITO CRESCER CAIXA	Crédito para comprar equipamentos, matéria-prima ou melhorar o ambiente do seu negócio.	O valor do crédito depende da análise do crédito e da capacidade de pagamento do empreendimento. O valor mínimo é de R\$ 300,00 e, de acordo com a necessidade e o porte do negócio, pode chegar até R\$ 15 mil, conforme a evolução do empreendimento.	Empreendedores Formais ou Informais	Na primeira contratação o prazo é de 6 meses. A partir da segunda contratação o prazo será de até 12 meses para pagar, dependendo da finalidade do crédito. Você paga as prestações de seu empréstimo por débito em conta, nos Correspondentes Bancários CAIXA, Agências CAIXA e Casas Lotéricas.	Juros a partir de 0,40742% ao mês; Cobrança de IOF (Imposto Sobre Operações de Crédito) alíquota zero; Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de 1% sobre o valor do contrato.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ser maior de 18 anos ou emancipado e possuir conta na CAIXA;</li> <li>2. Não ter nome em cadastros de inadimplentes, como CADIN, SERASA, SINAD E SCPC*;</li> <li>3. O valor do crédito depende da análise do crédito e da capacidade de pagamento do empreendimento;</li> <li>4. O valor mínimo é de R\$ 300,00 e, de acordo com a necessidade e o porte do negócio, pode chegar até R\$ 15 mil, conforme a evolução do empreendimento, sendo que a primeira contratação e a primeira renovação pode chegar até R\$ 2.000,00 para Giro e as demais renovações podem chegar até R\$ 4.000,00 para Giro e Investimento.</li> </ol>
-------	----------------------------	---	---	-------------------------------------	---	---	--

CAIXA	BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	A compra de máquinas, equipamentos e outros bens novos e usados. Porte de Empresa: Micro e Pequena Empresas	: Dependendo da modalidade, até 100% do valor do bem constante na Nota Fiscal.		Até 60 meses para pagar	: TR nas operações pós-fixadas IOF conforme legislação em vigor. Tarifas: TAC – Tarifa de Abertura de Crédito – 2% do valor da Operação, sendo a TAC mínima de R\$ 100,00 (cem reais) e a máxima de R\$ 800,00 (oitocentos reais), exigida no ato da contratação e na substituição da garantia. TED – Caso o fornecedor não possua conta corrente na Caixa.	Alienação Fiduciária dos bens financiados. Podem ser solicitadas garantias adicionais, se necessário. Os bens constitutivos da garantia em favor da CAIXA devem ser cobertos por seguro, conforme o tipo do bem, durante toda a vigência do contrato.
Banco da Amazônia	Amazônia Giro Essencial	Capital de Giro	Conforme a capacidade de pagamento do cliente. Em parcelas fixas, mensais e sucessivas.	:Micro e Pequena Empresa	Mínimo de 04 e máximo de 24 parcelas mensais, podendo ser concedida carência para pagamento da primeira parcela de até 60 dias.	Taxa prefixada de juro, mensalmente capitalizada e exigíveis de forma integral, inseridos no valor das parcelas; Serão cobradas conforme a Tabela de Tarifas de Serviços Bancários Pessoa Jurídica; O IOF será cobrado na forma regulamentar.	Aval, hipoteca, alienação fiduciária, etc.

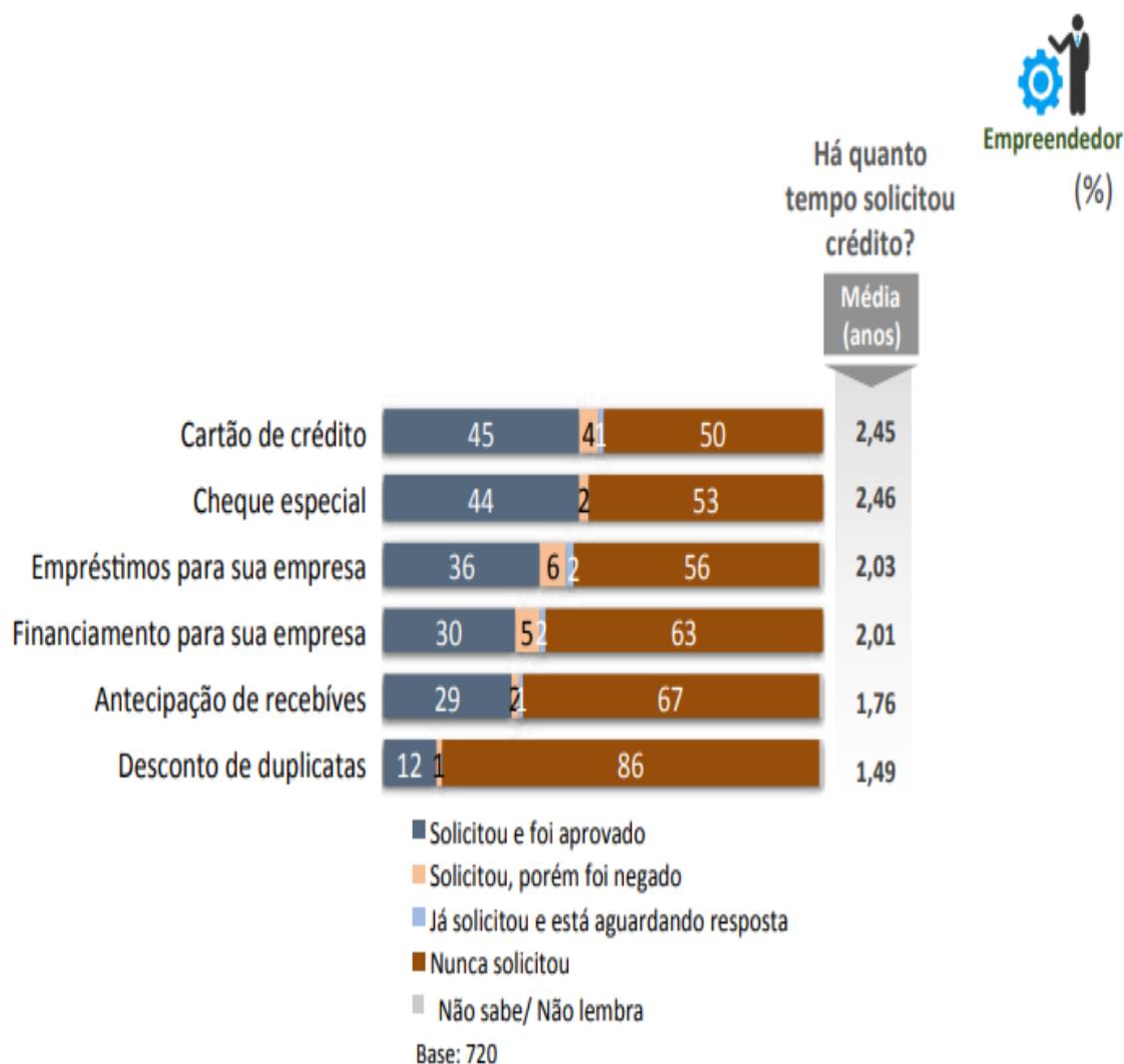
<b>Banco da Amazônia</b>	Microfinanças - Capital de Giro	Capital de giro isolado para compra de insumos, matéria-prima e mercadorias.	A primeira operação deverá ser até no máximo de R\$ 3.000,00, os financiamentos podem ser renovados e evoluir dependendo da necessidade do negócio e da capacidade de pagamento.	Micro Empreendedor Individual	Até 12 parcelas mensais	Juros de 9% ao ano, desconto para pagamento em dia de 15% sobre os juros. Não tem incidência de IOF.	Sem exigência de garantia real.
<b>AFAP- Agencia de Fomento do Amapá</b>	AFAP Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	Capital de Giro - Aquisição de mercadorias, matérias-primas e insumos; Investimento Fixo – Aquisição, com comprovação de procedência, de: ferramentas, máquinas, móveis, utensílios, equipamentos e veículos; Investimento Misto (Giro e Fixo) - Acesso às duas modalidades ao mesmo tempo, sendo que a soma não poderá exceder o valor máximo da linha. Na aquisição de máquinas e equipamentos, o valor do crédito será pago ao fornecedor.	Até o limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Poderá ser financiado até 100% (cem por cento) do valor orçado na proposta, podendo, a critério da Agência, se exigir contrapartida.	Micro e Pequena Empresa	Capital de Giro: até 12 (doze) meses; Investimento Fixo/Misto: até 24 (vinte e quatro) meses, incluindo até 02 (dois) meses de carência. Se houver, pelo Comitê de Crédito – COMCRED, o entendimento da necessidade do uso da carência, com prazo superior a 30 (trinta) dias, este será deduzido do prazo global da operação.	Juros de 1,5% a. m. (um inteiro e cinquenta décimos percentuais ao mês); • IOF de acordo com índice fornecido pela Secretária da Receita Federal - SRF; • Taxa de cadastro de 0,5% sobre o valor financiado.	Reais: Alienação fiduciária de bens da atividade, tais como: veículos, motores, máquinas, equipamentos e embarcações, novos ou usados, inclusive os bens financiados, além de hipoteca de imóvel ou terreno, com cobertura de 130% (cento e trinta por cento) sobre o valor do crédito; Pessoais: Aval de pessoas idôneas com recursos comprovados, compatíveis com a obrigação assumida.

Conforme observado no quadro acima, em geral as linhas de créditos exigem garantias e documentações em excesso, para assegurar o inadimplemento das empresas, o que propicia barreiras aos Microempreendedores que por vezes buscam outras alternativas conforme dados do SEBRAE no ano de 2016:

Ao buscar dinheiro para seus negócios, muitos donos de micro e pequenas empresas (MPEs) dizem só recorrer ao banco em último caso. Porém, quando eles usam o crédito oferecido pelas instituições financeiras, boa parte escolhe as modalidades mais caras como cartão de crédito e cheque especial. (SEBRAE, 2016).

De acordo com o levantamento do Sebrae(2016), 80% dos empreendedores afirmam usar algum produto de crédito como cartão de crédito, cheque especial, financiamento, desconto de duplicatas, empréstimo e antecipação de recebíveis. Dentro desse grupo, os dois primeiros itens ganham destaque, já que 45% dos empresários dizem ter aprovado sua solicitação para utilizar cartão de crédito e 44% mencionaram o mesmo sobre cheque especial.

Gráfico 1 – Solicitação de crédito.



Fonte: Site do Sebrae, 2016.

Perante ao exposto, verifica-se que os micro empreendedores, por vezes, necessitam de linhas de créditos favoráveis na abertura, no desenvolvimento de seu empreendimento, bem como, na quitação de dívidas, sendo necessárias políticas públicas que fomentem, de maneira sustentável, maior facilidade de acesso ao crédito no intuito de propiciar o desenvolvimento desses empreendimentos primordiais para a economia brasileira.

## 2.4 REGIME TRIBUTÁRIO DAS MPES

De acordo com o site GS1 Brasil (2016) são três os regimes tributários que podem ser enquadrados aos pequenos negócios:

<p><b>Simples Nacional</b></p>	<p>Em vigor desde 2007, o Simples Nacional trouxe a desburocratização no pagamento dos tributos e tirou muitas empresas da informalidade. Em apenas em uma única guia, é possível pagar oito tributos, que incluem:</p> <p>Imposto sobre Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);          Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);          Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);          Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);          Contribuição para o PIS/Pasep;          Contribuição Patronal Previdenciária (CPP);          Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);          Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).</p> <p>Para fazer parte desse regime, o faturamento bruto anual não pode ultrapassar R\$ 3,6 milhões. A grande vantagem do Simples Nacional é que ele isenta o recolhimento direto ao INSS, que, atualmente, representa até 40% da folha de pagamento. Porém, a escolha pelo Simples deve ser cautelosa, uma vez que torna-se vantajosa apenas para empresas que tenham gastos altos com rendimentos do pró-labore e remunerações de autônomos. Contudo, é preciso que cada caso seja analisado, uma vez que existem uma enorme variedade de atividades distribuídas em seis anexos, cada qual com sua respectiva alíquota.</p>
<p><b>Lucro Presumido</b></p>	<p>O teto máximo para enquadramento no regime do Lucro presumido é um faturamento anual de R\$ 78 milhões. Também considerado uma fórmula de tributação simplificada, o ele é utilizado para determinar a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).</p> <p>Como o próprio nome sugere, a base de cálculo utilizada é “presumida”, ou seja, prefixada pela legislação, que se altera conforme o tipo de atividade, sendo basicamente de 8% para as atividades comerciais e 32% para a prestação de serviços.</p> <p>Empresas que optam pelo Lucro Presumido devem estar atentas a essa escolha, uma vez que existe a possibilidade de estarem pagando mais impostos do que deveriam, no caso da margem do lucro efetivo ser menor do que aquelas estabelecidas pela legislação.</p> <p>No Lucro Presumido, as arrecadações do PIS e</p>

	COFINS são cumulativas, isto é, não geram abatimentos de crédito.
<b>Lucro Real</b>	<p>Para algumas empresas, o Lucro Real é uma escolha obrigatória. Via de regra, é um regime tributário calculado sobre o Lucro Líquido do período de apuração e, conforme as compensações permitidas pela legislação, a empresa poderá adicionar ou descontar valores.</p> <p>De maneira geral, a determinação do Lucro Real apenas poderá ser realizada após o levantamento do lucro líquido de cada ano ou mesmo período utilizado para apuração, que será utilizado para a base de cálculo do IRPJ e da CSLL.</p> <p>Sendo assim, no caso de prejuízo, a empresa ficará dispensada do pagamento e, no caso dos encargos, irão aumentar ou diminuir conforme a apuração.</p> <p>Ao contrário do Lucro Presumido, o Lucro Real é não cumulativo para o PIS e a COFINS, o que oferece o desconto de créditos em algumas situações, por exemplo, depreciação de ativos.</p>

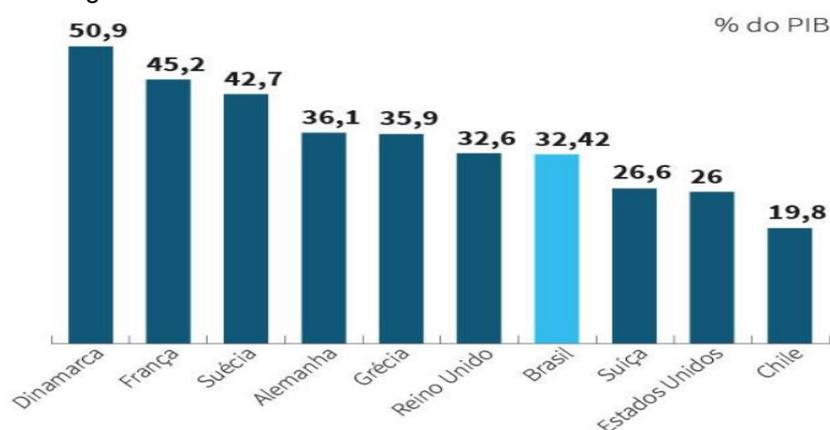
2

Apesar das tributações existentes para os micro empreendedores, os mesmos sofrem com o excesso da carga tributária que no Brasil mundialmente é considerada uma das maiores, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), demonstra que o Brasil ocupa 14<sup>a</sup> posição do país com a maior carga tributária no mundo, em contrapartida ocupa o 30<sup>o</sup> lugar quando o assunto se refere ao índice de retorno do bem estar da sociedade.

De igual forma, o jornalista Leonardo Vieceli publicou no site Gauchazh o gráfico que também demonstra os níveis elevados de carga tributária brasileira:

---

<sup>2</sup>Associação Brasileira de Automação. **Carga tributária:** como as PMEs podem vencer esse desafio? Disponível em: <<https://blog.gs1br.org/carga-tributaria-como-as-pmes-podem-vencer-esse-desafio>>. Acesso em: 22 Jul. 2018.

**Figura 2 - Carga Tributária em 2014**

Fonte: Elaborado pela Receita Federal com base em dados da OCDE

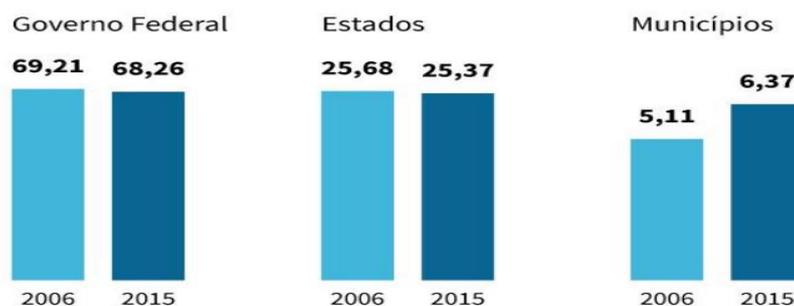
Nota-se que o gráfico apresenta o nível da alta carga tributária brasileira, contudo, salienta-se que os níveis de cobrança se igualam a países desenvolvidos, em contrapartida, a conversão dos impostos no Brasil para melhorias da sociedade é bem diferente em comparação com os citados países do gráfico.

Confirmando o entendimento da má distribuição e aplicação dos impostos arrecadados no Brasil, o Presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike, elucida: “O país é muito eficiente em arrecadação. Mas, na hora de fazer melhorias para a população, fica engessado. Não é questão de falta de dinheiro. É de mau gerenciamento.”

A pesquisa ainda demonstra que membros representantes do poder executivo brasileiro (governadores e prefeitos) abordam a questão de desigualdade na distribuição dos Impostos, dados apresentados pela Receita Federal bem ilustra o comentário:

**Gráfico 2- Arrecadação de Impostos no Brasil**

Participação dos entes federativos na arrecadação total (em %)



Fonte: Receita Federal

Como ilustrado no gráfico 2, nota-se que quase 70% do dinheiro arrecadado com os impostos vai para os cofres da União, enquanto os Estados ficam com cerca de 25%, e os municípios, com menos de 7%.

**Gráfico 3-** Dias trabalhados para pagar impostos



**Fonte:** Impostômetro

Fica demonstrado no gráfico acima a alta carga tributária confirmada, pois, em média trabalha-se anualmente cerca de 5 meses para fins de pagamentos de impostos.

O entendimento da alta carga tributária é consolidado por Dilma Tavares, quando esclarece pontos deste assunto em reportagem à Revista Veja (2011):

São cobrados no Brasil 63 tributos nas esferas federal, estadual e municipal. Somem-se a eles as normas e portarias, e o heroísmo do empreendedor brasileiro começa a ficar claro. O excesso de impostos mina a energia das empresas, torna um martírio a tarefa de pagá-los e desvia o foco dos brasileiros donos do próprio negócio. (TAVARES, 2011, p.100-103).

Conforme, observado neste capítulo a alta carga tributária e a má gestão dos recursos provenientes da captação dos tributos são fatores que contribuem para o ambiente desfavorável para as MPEs, já que afetam a economia como um todo.

### **3 A importância das Micro e Pequenas Empresas na economia Brasileira**

Este capítulo nos mostra a importância das MPEs no cenário Econômico brasileiro, demonstrando sua contribuição no Produto Interno Bruto Brasileiro e na geração de novos postos de trabalhos.

#### **3.1 O IMPACTO POSITIVO DAS MPEs NA ECONOMIA BRASILEIRA.**

Segundo perspectiva do site Pequenas Empresas Grandes Negócios, crescerão cerca de 43% o número de pequenos negócios no Brasil até o ano de 2022. A estimativa foi informada pelo SEBRAE onde o presidente Guilherme Afif Domingos destaca a grande importância desses empreendimentos:

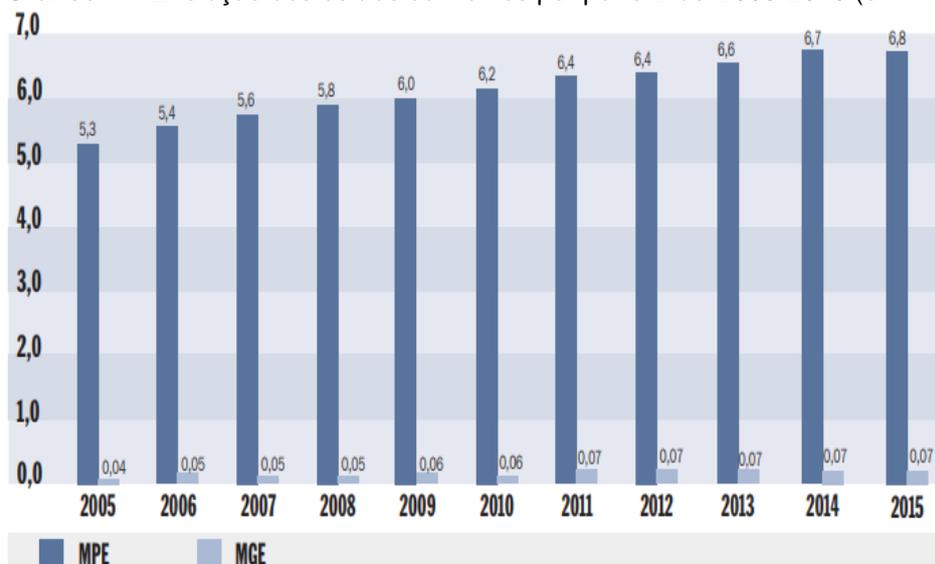
O fato dos pequenos negócios representarem 98,5% dos empreendimentos no país e serem responsáveis pela geração de renda de 70% dos brasileiros ocupados no setor privado é prova irrefutável da importância desse segmento para a economia. São 50,6 milhões de brasileiros que têm como origem das suas receitas empreendimentos de pequeno porte.

Comprovadamente as MPEs contribuem de forma expressiva na economia brasileira, não obstante quanto a geração de empregos, onde no mesmo site apresenta dados em que nos sete meses de 2017 estes seguimentos de empreendimentos corresponderam positivamente somando-se 327 mil novos postos de trabalho em contrapartida as empresas de médio e grande porte aboliram aproximadamente 182,4 mil.

##### **3.1.1 O impacto da abertura de novas MPEs na geração de trabalho no período de 2005-2015**

Conforme Anuário do trabalho nos Pequenos Negócios, organizados pelo SEBRAE/DIESSE no ano de 2015, os gráficos a seguir, visam apresentar estatisticamente em milhões a evolução do número dos empreendimentos por porte e geração de empregos:

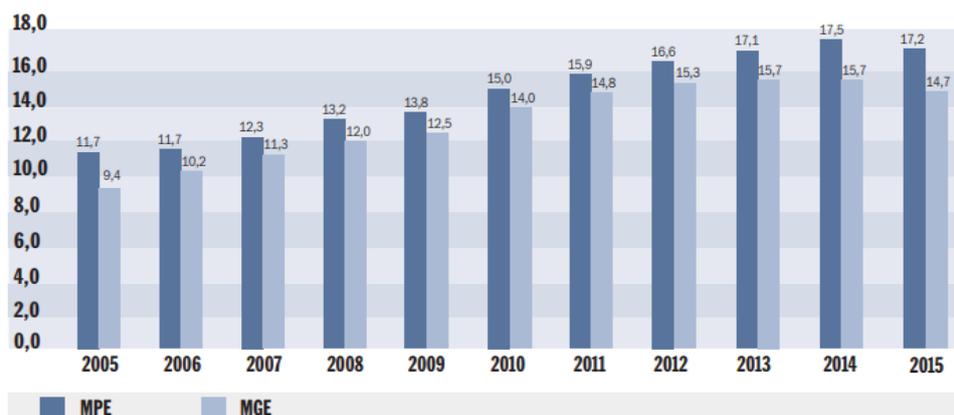
**Gráfico 4 -** Evolução dos estabelecimentos por porte Brasil 2005-2015 (em milhões)



Fonte: MTE. Rais / Elaboração DIESSE

Nota-se que os níveis de estabelecimentos dos períodos de 2005 a 2015 apresentaram estatísticas favoráveis em abertura de MPEs o que contribuem positivamente para a economia, passando de 5,3 milhões de empreendimentos a 6,8 milhões. Os números positivos de abertura destes empreendimentos promovem benefícios para o cenário econômico, em especial na geração de novos postos de trabalho, conforme a mesma pesquisa apresentou os índices a seguir:

**Gráfico 5.** Evolução do número de empregos das MPEs e MGEs no Brasil 2005-2015 (em milhões)



Fonte: MTE. Rais / Elaboração DIESSE

Sabe-se que com as crises econômicas a taxa de desemprego se eleva e o PIB sofre uma retração, de acordo com SAMY DANA (2016): A relação crise-desemprego pode ser vista como um círculo vicioso. Maiores taxas de desemprego levam a uma diminuição da renda do consumidor, e menos renda leva a um menor consumo. Contudo, no gráfico 5, muito embora o país em períodos de crise (2007-2008 a crise econômica financeira e em 2014 a crise econômica política), as MPEs apresentaram níveis favoráveis de índices de empregabilidade.

Verifica-se que nos anos de 2005 e 2006, manteve-se os níveis de geração de empregos, após estes períodos nota-se uma evolução na geração de novos postos de trabalhos das MPEs, acentuando-se no ano de 2014, acumulando 17,5 milhões de empregos, demonstrando níveis favoráveis que contribuem para a economia brasileira visto a geração dos referidos postos, que inclusive mostra-se mais elevados em comparação com as MGEs (grandes empresas).

Por conveniência ainda no ano de 2014, as 6,7 milhões de MPEs, empregaram 17,5 milhões de trabalhadores número expressivo e que ratifica a importância destes empreendimentos no cenário econômico brasileiro.

### 3.2 Principais razões para se tornar um empreendedor no Brasil.

De acordo com SEBRAE (2017), de forma simplificada define o termo empreendedor : “aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação”.

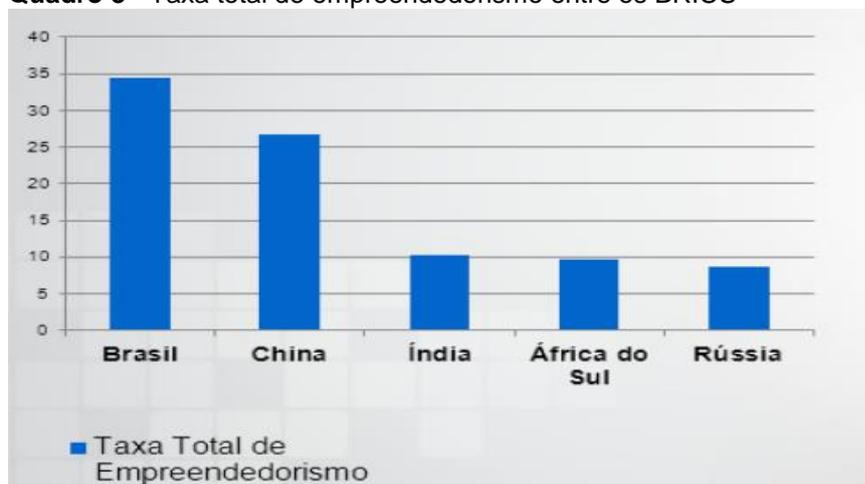
Segundo CARVALHO (1996),

[...] os empreendedores são indivíduos que têm a capacidade de criar algo novo, assumindo responsabilidades em função de um sonho, o de obter sucesso em seu negócio, estas pessoas são ousadas, aprendem com os erros e encaram seu negócio como um desafio a ser superado; têm facilidade para resolverem problemas que podem influenciar em seu empreendimento, e mais, identificam oportunidades que possibilitam melhores resultados; são pessoas incansáveis na procura de informações interessadas em melhorias para o seu setor ou ramo de atividade, elevando ao máximo sua gestão. (CARVALHO, 1996, p.79-82).

No Brasil, o número de empreendedores é bem elevado de acordo com Global Entrepreneurship Monitor (GEM) pesquisa revela que em 2014 o Brasil obteve

seu maior índice de empreendedorismo, isto fica evidenciado quando comparado com os países emergentes que compõem o BRICS ( Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), conforme gráfico que ilustra este comparativo:

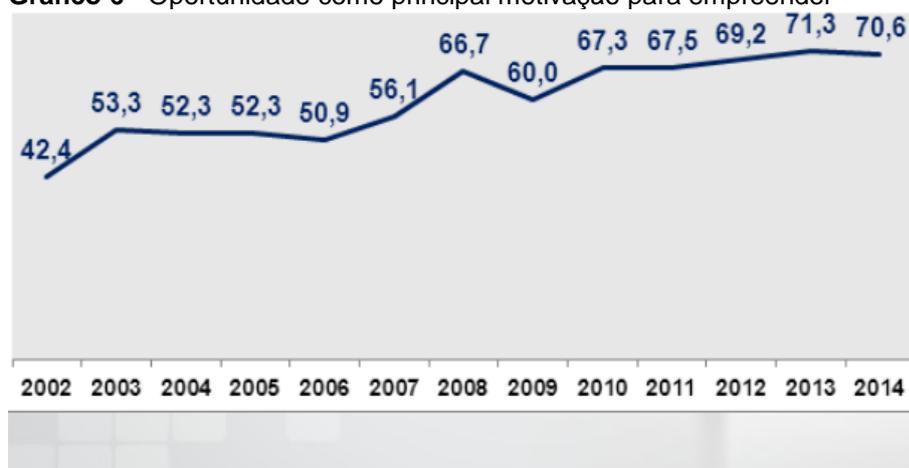
**Quadro 3 - Taxa total de empreendedorismo entre os BRICS**



Fonte:SEBRAE, a partir da GEM 2014.

Segundo a pesquisa apresentada, o Brasil alcançou o nível mais favorável de empreendedores no ano de 2014, ocupando o primeiro lugar nesses índices, demonstrando a capacidade de empreendedores no Brasil, que buscam entre outros motivos a realização profissional quando no surgimento de oportunidades para abertura de seu empreendimento, conforme gráfico demonstrado a seguir:

**Gráfico 6 - Oportunidade como principal motivação para empreender**



Fonte:SEBRAE, a partir da GEM 2014

O gráfico acima demonstra que 70,6 % dos brasileiros iniciam a carreira como empreendedor a partir de uma oportunidade de tornar-se o seu próprio chefe.

Nas palavras do Luiz Barretto Presidente do SEBRAE, disponível no site da agência SEBRAE: “O empresário atual abre uma empresa porque vê uma oportunidade e investe naquela ideia”.

Não se busca exaurir totalmente os motivos que impulsionam as pessoas a serem empreendedoras no Brasil, fatores como liberdade, maior rentabilidade e livrar-se do desemprego, são alguns dos motivos que levam os brasileiros a empreenderem.

Destarte, no intuito de motivar e nortear os micro e pequenos empreendedores, encontra-se sugestivamente no site do SEBRAE o tópico “ Por que empreender?”, o qual apresenta os requisitos que se julgam necessários para darem início aos negócios, conforme segue:

Para ser empreendedor, além de ter vontade e visão de negócios, a pessoa precisa:

- ser capaz de executar o que se propõe com muita vontade, determinação, competência e uma boa dose de ousadia;
- ter desempenho diferenciado dos profissionais comuns, de modo a se destacar facilmente em tudo que faz;
- não medir esforços para atingir seus objetivos;
- ser dotada de várias qualidades que a credencia para o sucesso;
- ser consciente de que só se chega lá à custa de muito trabalho e dedicação.

Conforme, demonstrado no presente capítulo, persiste a vontade de se empreender no Brasil, fazendo-se necessário e primordial o apoio e estímulo para que hajam novos empreendedores, e desenvolvimento dos que já empreendem, cujos os quais contribuem para o cenário econômico positivo.

### 3.3 ALTERNATIVAS BENÉFICAS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS MPEs.

Durante todo trabalho foi demonstrado as dificuldades do empreendedor para se manter de forma sustentável, bem como a importância das MPEs que são primordiais para a economia brasileira.

Ademais, não se deve olvidar de fomentar o desenvolvimento e apoio a estes empreendimentos, ressalta-se que não visa esvaziar-se as sugestões para

melhorias dessas condições, ou seja, irão apresentar-se como propostas sugestivas para alternativas favoráveis visando atingir o bem comum destes negócios.

O Relatório executivo de 2017 “Empreendedorismo no Brasil” apresenta um quadro sugestivo de alternativas positivas no intuito de propiciar melhores condições para as MPEs:

**Quadro 4** - Principais recomendações dos especialistas para melhoria das condições para empreender no Brasil.

<b>POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E PROGRAMAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforma do Sistema Tributário Nacional, buscando fundamentalmente sua simplificação e benefícios para as empresas novas que teriam uma carência no pagamento de tributos por um determinado período de tempo, ou até que comecem a gerar lucros efetivos. Inclusive desoneração da folha de pagamentos para empreendedores nascentes.</li> <li>- Desburocratização efetiva. Simplificação dos processos burocráticos e desoneração para quem quer produzir. Startups poderiam se formalizar, tal como MEI e acessar com mais facilidade o mercado e demais programas para apoio a esse tipo de empreendimento.</li> <li>- Política de desenvolvimento para os pequenos negócios. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em vigor deve ser consolidada em planos de governo com foco no desenvolvimento e relacionada a um novo ambiente de atuação das empresas no âmbito da tributação, trabalhista e do licenciamento. É preciso desonerar e simplificar a vida dos empreendedores para que eles possam crescer e empregar mais.</li> <li>- Acompanhamento dos efeitos da reforma trabalhista no contexto de criação de novos empreendimentos.</li> <li>- Políticas públicas para o empreendedorismo devem ser estimuladas e desenvolvidas em periferias.</li> <li>- Promover intercambio e programas para receber empreendedores interessados em se instalar no Brasil.</li> </ul>
<b>EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO</b>

- Investimento em capacitação e mentorias, ou seja, programas governamentais que financiem ativos de conhecimento, e não somente estruturas.
- Apoiar as instituições que já fomentam o empreendedorismo (Sebrae, Endeavor, Senac, etc.), integrando-as a um projeto estruturado.
- Incentivo ao empreendedorismo nas mídias de massa: compartilhamento de experiências e de casos sucesso e insucesso por meio de programas televisões, propagandas, entre outros.
- A aproximação da atividade empreendedora praticada intuitivamente com ambientes escolares, com a universidade, como a academia. Isso é fundamental para a qualificação do empreendedorismo no Brasil. O mesmo vale para aproximação entre pesquisa e boas tecnologias com quem se interessa em abrir um novo negócio.
- A inserção da educação empreendedora desde a escola fundamental. Quanto mais cedo o espírito empreendedor for disseminado, maior será a chance de se ter jovens empreendedores no futuro, com uma boa base desconhecimento sobre plano de negócios, estudo de me

#### **APOIO FINANCEIRO**

- Oferecer novas fontes de financiamento que sejam adequadas para novas e pequenas empresas.
- Melhorar substancialmente as condições de financiamento para o empreendedor ter mais segurança na manutenção e expansão de seus negócios.

Como mencionado, há várias sugestões para criar um cenário ou condições favoráveis para as MPE's, o quadro acima evidencia algumas delas, desde o apoio de políticas públicas, apoio financeiro, chamando a atenção para o sistema educacional que se constitui como fator primordial para o desenvolvimento de uma nação, aliando-se ao fator do empreendedorismo, e, buscando-se novos talentos na arte de empreender.

## CONCLUSÃO

O trabalho em questão demonstra o papel das MPE's, abrangendo os aspectos da sua importância no cenário econômico brasileiro, as suas dificuldades a enfrentar, bem como, sugestões para fomentar o seu desenvolvimento.

No transcorrer do trabalho constata-se que as origens das Micro e Pequenas Empresas estão ligadas ao período que emergiu a burguesia, de tal modo que possui raízes profundas no desenvolvimento econômico da nação brasileira, inclusive nos dias atuais.

Notoriamente, sabe-se que todo empreendimento de grande porte no passado foi uma MPE, razão esta, que mais uma vez é nítida sua importância no cenário econômico, não somente por poder se tornar grandes empreendimentos, mas sim, por constituírem-se como índices expressivos na economia brasileira, contribuindo para a geração de emprego, impactando positivamente no PIB e demais fatores que são extremamente importante para o crescimento de uma nação.

São vários fatores que evidenciaram que os Micros e Pequenos Negócios são primordiais para o desenvolvimento econômico brasileiro, os mesmos representam 98,5 % de estabelecimentos no país, geram 70% de renda dos brasileiros ocupados no setor privado, 50, 6 milhões dos empreendedores tem como origem suas receitas oriundas destes empreendimentos, 327 mil novos postos de trabalho gerados em 2017 e demais predicados que levam a irrefutável conclusão de sua grande importância. Antes de tudo é preciso celebrar as conquistas advindas dos Micro e Pequenos Negócios, diante das adversidades e dificuldades, ainda sim representam positivamente o desenvolvimento do Brasil, que além de possuir dimensões continentais, possui grandes empreendedores que elevam esta nação a um dos países mais importantes mundialmente em termos de empreendedorismo.

Contudo, ainda restam obstáculos a serem superados, visando implementar um cenário favorável para as MPE's modernizando as legislações sem que hajam tantas burocracias, uma carga tributária justa e o apoio a esses empreendimentos são fatores basilares, dentre outros, para que possam atingir este cenário em questão, inclusive para a vida útil desses empreendimentos.

Ao final, embora nas dificuldades, os brasileiros apresentaram números importantes e significativos quanto a arte da busca de empreender, isto fica mais evidente em comparação com países que fazem parte do BRICS, o que demonstra que o rumo do desenvolvimento de uma nação, também é composto na atividade de empreender, evidenciando ainda, buscar meios e políticas públicas para que possa cada vez mais contribuir com as MPEs, que novamente, são primordiais para o cenário econômico do país.

## REFERÊNCIAS

Agência Sebrae de Notícias. **Em cinco anos, número de pequenos negócios crescerá 43%.** Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2017/10/em-cinco-anos-numero-de-pequenos-negocios-crescera-43.html>>. Acesso em: 22 Jul. 2018.

Associação Brasileira de Automação. **Carga tributária: como as PMEs podem vencer esse desafio?** Disponível em: <<https://blog.gs1br.org/carga-tributaria-como-as-pmes-podem-vencer-esse-desafio>>. Acesso em: 22 Jul. 2018.

CARVALHO, Antônio Pires de. **Os empreendedores da nova era.** São Paulo: APC Consultores Associados, 1996.

CARVALHO, Carlos Eduardo; ABRAMOVAY, Ricardo. **Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas.** 2ª edição. Ano: 2004. p. 17.

CARVALHO, Leandro. **Feiras Medievais.** MUNDO EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/feiras-medievais.htm>>. Acesso em: 11 Jul. 2018.

DANA, Samy. **Como o desemprego e a crise geram um círculo vicioso?** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/como-o-desemprego-e-crise-geram-um-circulo-vicioso.html>>. Acesso em: 09 Set. 2018.

DESIDÉRIO, Mariana. **Quanto tempo demora para abrir uma empresa no Brasil?** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/pme/quanto-tempo-demora-para-abrir-uma-empresa-no-brasil/>> . Acesso em: 17 Jul. 2018.

FONSECA, Marcelo. **Imposto no Brasil é alto, mas o retorno em serviço é baixo.** Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/03/internas\\_economia,859247/imposto-no-brasil-e-alto-mas-o-retorno-em-servicos-e-baixo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/03/internas_economia,859247/imposto-no-brasil-e-alto-mas-o-retorno-em-servicos-e-baixo.shtml)>. Acesso em: 19 Jul. 2018.

GOMES, Fausto Rafael Gmach. **Formação de estratégias organizacionais em pequenas empresas:** um estudo regional. 2004. 98f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté, 2004.

GRECO, Simara Maria de Souza Silveira. **Empreendedorismo no Brasil**. In: Empreendedorismo no Brasil: 2010 /Simara Maria de Souza Silveira Greco et al. Curitiba: IBQP, 2010. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/livro\\_gem\\_2010.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/livro_gem_2010.pdf)>. Acesso em: 09 Set. 2018.

GRECO, Simara Maria de Souza Silveira (Coord.). **Empreendedorismo no Brasil 2017**. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL\\_web.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf)>. Acesso em: 28 Jul. 2018.

IBGE. (2003) - **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001**. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e Pesquisas Informação Econômica: número 1. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em 15 de julho de 2018.

NETO, Ana Teresa da Silva; TEIXEIRA, Rivanda Meira. **Mensuração do Grau de Inovação de Micro e Pequenas Empresas**: estudo em Empresas da Cadeia Têxtil-Confecção em Sergipe. São Paulo: Revista de Administração e Inovação, v.8, n.3, art.96, p.205-229, 2011.

O GLOBO. **Número de micro e pequenas empresas mais que dobrou em sete anos, mostra novo 'empresômetro'**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/numero-de-micro-pequenas-empresas-mais-que-dobrou-em-sete-anos-mostra-novo-empresometro-14592574#ixzz5Rxdv2nJE>>. Acesso em: 18 Jul. 2018.

PEREIRA, Paulo Teixeira do Valle. **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual**: diferenças e características. Disponível em: <<http://blog.sebrae-sc.com.br/epp-microempresa-mei/>>. Acesso em: 15 Jul. 2018.

PINTO, Leonardo. **Apenas 14% das MPEs pretendem tomar crédito nos próximos meses**. Disponível em: <<http://www.portalnovarejo.com.br/2018/02/27/mpes-tomada-credito-proximos-meses/>>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

PIRES, Alessandra. **Pesquisa GEM**: empreendedorismo atrai três em cada dez brasileiros. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pesquisa-gem-empreendedorismo-atrai-tres-em-cada-dez-brasileiros,bd3848b50ca6c410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 27 Jul. 2018.

SAGE. **4 desafios que micro e pequenas empresas enfrentam e como superá-los.** Disponível em: <<https://br.sageone.com/2015/10/08/4-desafios-que-micro-e-pequenas-empresas-enfrentam-e-como-supera-los/>>. Acesso em 15 de julho de 2018.

SANT'ANA, Jéssica. **Abertura de empresas no Brasil emperra nas prefeituras e leva mais de 100 dias.** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/empreender-pme/abertura-de-empresas-no-brasil-emperra-nas-prefeituras-e-leva-mais-de-100-dias-28aiwfb1nhqtt1I9snqms4gc3/>>. Acesso em 17 Jul. 2018.

SANTOS, Maria da Conceição Mira dos (Comp.). **Orientações linhas de crédito às Micro e Pequenas Empresas e o Microempreendedor Individual.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AP/Anexos/Cartilha%20de%20linhas%20de%20credito%20para%20MPEs%20e%20MEI.pdf>>. Acesso em: 22 Jul. 2018.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Anuário do trabalho nos pequenos negócios: 2015.** 8.ed Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/anuario/2017/anuarioDosTrabalhadoresPequenosNegocios.pdf>>. Acesso em: 23 Jul. 2018.

SEBRAE. SEBRAE Nacional. **O que é ser empreendedor.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> . Acesso em: 27 Jul. 2018.

TAVARES, Dilma. **Carga tributária brasileira e o Simples nacional.** Revista Veja. São Paulo, v. 9, n. 32, p.100-103, Setembro, 2011.

VIECELLI, Leonardo. **Como evoluiu a carga tributária no Brasil em 10 anos.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2017/07/como-evoluiu-a-carga-tributaria-no-brasil-em-10-anos-9851528.html>>. Acesso em: 22 Jul. 2018.

ZANGARI JÚNIOR, Jurandir. **O direito do trabalho e as pequenas e microempresas: uma proposta de tratamento jurídico diferenciado.** 1ª ed. São Paulo: Ltr, 2009